

Moradores em Situação de Rua: Análise dos serviços de proteção social especial de média complexidade em Maringá – PR¹

Amanda Aparecida Fonseca Cardoso e Priscilla Borgonhoni Chagas

Resumo

As cidades apresentam grande diversidade, dinamismo, contrastes e complexidade. Partindo das discussões acerca do conceito de organização-cidade nos Estudos Organizacionais, o objetivo do artigo é discutir como as ações de uma unidade de serviço de proteção social especial de média complexidade impactam na forma de ocupação da cidade de Maringá pela população em situação de rua. De forma específica, o estudo teve como unidade de análise o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). A pesquisa é caracterizada como qualitativa descritiva e os instrumentos utilizados para a coleta dos dados foram a entrevista semiestruturada, a observação não participante livre e a pesquisa documental. Constatou-se que os serviços de média-complexidade voltados aos moradores de rua ainda necessitam de melhorias contínuas a fim de garantir os direitos desta população menos favorecida. Ademais, há fortes mobilizações para que a população de rua se desloque para outras regiões distantes do eixo central da cidade.

Palavras-chave

Cidades. Organização-Cidade. População em Situação de Rua. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Abstract

Cities present great diversity, dynamism, contrasts and complexity. Based on the discussions about the concept of organization-city in Organizational Studies, the objective of this article is to discuss how the actions of a unit of special social protection service of medium complexity impact on the form of occupation of the city of Maringá by the population in street situation. Specifically, the study had as its unit of analysis the Special Reference Center for Population in Street Situation (Centro POP). The research is characterized as qualitative-descriptive and the instruments used to collect the data were the semi-structured interview, the non-participant free observation and

the documentary research. It was found that medium-complexity services for homeless population still need continuous improvements in order to guarantee the rights of this less-favored population. In addition, there are strong mobilizations so that the street population moves to other regions, far from the downtown area.

Keywords

Cities. Organization-city. Population in Street Situation. National Policy for the Population in Street Situation. Special Social Protection Services of Medium Complexity.

INTRODUÇÃO

As cidades apresentam grande diversidade, dinamismo, contrastes e complexidade, um espaço privilegiado de transformação econômico-social e, sobre ele, criou-se um campo de pesquisa e discussão interdisciplinar. Na Administração, a cidade tem sido encarada tradicionalmente sob a ótica funcionalista, ao ser entendida como campo de atuação profissional ou objeto da administração pública e gestão urbana (VIEGAS; SARAIVA, 2015). Nos últimos anos, porém, tem crescido o número de trabalhos que tomaram a cidade enquanto objeto no campo dos estudos organizacionais, considerando sua complexidade, diversidade, singularidade, contradição e ambiguidade, seus aspectos formais e informais, materiais e imateriais.

Partindo da abordagem de organização-cidade, trabalhos mais recentes ampliaram o conceito nos estudos organizacionais e o reafirmaram como objeto, principalmente a partir de uma visão que focaliza a complexidade urbana e evoca a vida social organizada de indivíduos e grupos oprimidos em diversos âmbitos sociais (SARAIVA; CARRIERI, 2012; COIMBRA; SARAIVA, 2013; MISOCZKY et al., 2012; HONORATO; SARAIVA, 2016). Essas recentes pesquisas comungam da visão de que a cidade é palco das interações entre os diferentes conflitos da sociedade moderna.

Considerando essa complexidade e buscando diminuir contrastes e conflitos, cabe ao administrador público traçar soluções para os múltiplos problemas ocorridos nas cidades, mesmo diante de inúmeras dificuldades a serem enfrentadas (REZENDE; FREY, 2005). Um dos aspectos a ser considerado nas agendas públicas é a população em situação de rua. Este objeto tem como definição pela Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009) como “o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular [...]”.

Tratando dos direitos que abarcam grupos, o aumento e a conquista de direitos é o resultado de lutas e reivindicações que são longas e árduas até que essas necessidades sejam

reconhecidas como direitos fundamentais, os quais surgem a partir do momento em que são percebidos como uma necessidade fundamental que afeta grupos de uma sociedade (SACHS, 1998; PIOVESAN, 2005).

Trazendo para um contexto nacional e local de órgãos que visam amparar esta população carente e garantir seus direitos fundamentais, criou-se, em 1993, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993), a qual se tornou responsável, em 2011, pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, traçando os Serviços de Proteção Social em três níveis: básica, especial de média complexidade e especial de alta complexidade. Os Serviços de Proteção Social Básica fazem referência ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. Já os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade referem-se ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Por sua vez, os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade têm como foco o Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. Este trabalho tratará do segundo aspecto apresentado, ou seja, dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Para que possa compreender as atividades envolvendo esta população, deve-se ter claro que este é um estudo interdisciplinar contando com diversos objetos, visões e práticas de nossa atual sociedade. Como levantado por Honorato e Saraiva (2016), os habitantes das cidades precisam ser analisados e observados, sendo eles os cidadãos de perfis homogêneos, bem como os que estão à margem da sociedade, ponto em que podemos adicionar a população levantada por este estudo.

Com estas bases, o objetivo do artigo é discutir como as ações de uma unidade de serviço de proteção social especial de média complexidade impactam na forma de ocupação da cidade de Maringá pela população em situação de rua. De forma específica, o estudo teve como unidade de análise o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Parte-se da premissa de que a cidade é um campo de desigualdades e disputas, no qual o espaço urbano é marcado pela luta de diversos agentes sociais e que, no caso específico da cidade de Maringá, há fortes mobilizações para que a população de rua se desloque para outras regiões distantes do eixo central, uma vez que Maringá é uma cidade altamente dividida e segregada. Toda sua história foi marcada por forte presença do poder público como agente orientador do território, em grande maioria, por meio de relações negociais com o setor imobiliário (BORGES; SELA, 2013), apesar da imagem de uma cidade verde e bela, esconde uma história de contradições, o que torna Maringá um importante lócus de estudo.

Sendo assim, este artigo está estruturado em seis seções, além desta introdução. A seção a seguir discute o objeto cidade no campo dos Estudos Organizacionais. Logo após, são apresentados aspectos relativos aos direitos humanos, com enfoque especial na erradicação da pobreza e o direito à moradia. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Posteriormente, é caracterizada a população de rua na cidade de Maringá, seguida da análise das atividades desenvolvidas pelo Centro POP. Por fim, são apresentadas as considerações finais do artigo.

AS CIDADES E OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

No Brasil, os primeiros estudos que trataram a cidade como objeto legítimo da análise organizacional datam de meados da década de 1990, com os trabalhos de Fischer (1996a; 1996b; 1996c; 1997) e Mac-Allister (1996). No início dos anos 2000, Mac-Allister (2001) contribuiu sobremaneira para o campo ao discutir a possibilidade de a cidade ser tomada como organização: a organização-cidade. Assumir a cidade como organização possibilita apreender toda a sua complexidade e coletividade e, com isso, incorporar seus processos individuais e sua cultura, obtendo como resultado uma identidade cultural tanto relativa à totalidade da cidade quanto à gestão da mesma (MAC-ALLISTER, 2004). A autora ainda sublinhou a premência de se aprofundar o estudo da cidade no referido campo, uma vez que o pensar e o agir sobre o objeto cidade estão intrinsecamente relacionados e que o campo oferece recursos para o desenvolvimento do conceito e a instrumentalização de sua gestão (MAC-ALLISTER, 2004).

Nos últimos anos, vários estudos que adotam a discussão das cidades nos estudos organizacionais emergiram com o intuito de entender a vida social organizada, visando compreender os aspectos simbólicos, sociais e históricos e como a hegemonia capitalista afeta a vida das pessoas (IPIRANGA, 2010; MISOCZKY et al., 2012; HONORATO; SARAIVA; 2016; VIEGAS; SARAIVA, 2015). Estes estudos comungam da visão de que as cidades são fragmentadas e propensas ao conflito, um polo do qual derivam aspectos não apenas materiais e geográficos, mas também simbólicos, ideológicos e socioambientais (SARAIVA; CARRIERI, 2012).

Sendo assim, a dinâmica da cidade compreende mais que uma face. Isto significa que ela pode ser assimilada por meio da sua organização espacial e funcional, tal como sua gestão formal, práticas organizativas e sua configuração física e territorial. Dessa forma, a cidade pode ser compreendida não apenas como um espaço com fronteiras claramente definidas, mas como um território com múltiplos territórios que revela(m) relações marcadas pelo poder.

Nessa perspectiva, a cidade é um espaço de dualidades, de dessemelhanças e pluralidade: cidadania e marginalidade, sombras e luzes, ordem e desordem, solidariedade e conflito, lugar ocupado por organizações reais e virtuais, fluxo e transição (IPIRANGA, 2010). Enquanto ressignificação, é preciso, cada vez mais, enxergar a cidade como um território de progressivas mudanças e adaptações, a partir de suas (re)configurações dos espaços

(MENDES; CAVEDON, 2012). Seguindo este raciocínio, Pesavento (2007) explicita que a cidade não flui de maneira isolada; ela transforma-se ao longo do tempo por meio das relações de sociabilidade nela desenvolvidas por atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação, entre outros.

Lefebvre (2001) considera a cidade como uma obra, no sentido de obra de arte, e o espaço não é apenas organizado e instituído, mas é igualmente modelado e apropriado por grupos, segundo suas exigências, ética e estética. Nessa mesma perspectiva, Harvey (2014) destaca que as cidades são divididas socialmente entre as elites financeiras e a grande parcela de trabalhadores de baixa renda que se unem aos marginalizados e desempregados, ou seja, a globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo acabaram enfatizando as desigualdades sociais.

Santos (2007) alega que a cidade é excludente, com cenários diferentes e classes antagônicas, sobrevive na cidade quem pode pagar pelas amenidades que o capital oferece e, por conseguinte, desfrutá-las. Assim, as cidades buscam, a todo o momento, manter um certo grau de atratividade, para que possam conservar o espaço em pleno crescimento nos mesmos moldes de interesses de uma empresa privada (ARANTES, 2000). O grande capital financeiro tem protagonismo de ação sobre a escala urbana, considerando a produção do espaço e a cidade como negócio, no qual ela é transformada em mercadoria, indicando que o processo de mercantilização do espaço atinge um novo patamar, sendo produto do desenvolvimento do mundo capitalista, do processo de globalização e do mundo da mercadoria (SANCHÉZ, 2001).

Com este cenário, a vida nas cidades mercantilizou-se, transformando o espaço urbano em um espaço de segregação social. Rolnik (1988) aponta que as questões de segregação do espaço estão presentes em grande parte das cidades. A autora declara que a lógica de investimentos em determinadas regiões da cidade, segundo a qual a construção de hospitais, parques, creches e de outros aparatos de infraestrutura, motivados pelo Estado, funciona como forma de valorização do espaço urbano e na qual a transformação de terrenos vazios em edificações, serve para produzir localizações mais valorizadas em detrimento de outras áreas urbanas que permanecem longe do olhar do poder público (ROLNIK, 1988).

As lutas pelo espaço urbano são permeadas pelas políticas públicas do governo. Tais políticas, muitas vezes, favorecem a reapropriação dos espaços pela elite. São os casos das revitalizações, limpezas sociais e gentrificações (LEITE, 2008; BOTELHO, 2005). Partindo dessa concepção, Harvey (1996) afirma que a organização da vida urbana é resultado de uma coalisão de forças entre os agentes, na qual o Estado tem a função de facilitar os processos e acordos. A administração urbana favorece os agentes privados, fornecendo empréstimos, estruturas, serviços públicos e condições para que esses empreendimentos se instalem ou se desenvolvam. Nessa perspectiva, Sánchez (2001) coloca que, cada vez mais, as cidades são reorganizadas potencializando a eficiência econômica dos lugares por intermédio das técnicas modernas de dominação a fim de que o local se torne elemento de consumo para as pessoas, porém, na prática, nem todos têm acesso financeiro para investir e consumir os produtos ali produzidos (HONORATO; SARAIVA, 2016).

Nessa perspectiva, faz-se necessário o olhar para as cidades e seus moradores em situação de rua, uma vez que essa população está diretamente ligada à humanização das ruas em espaços urbanos, disputa entre elite e povo e ligadas ao uso das cidades, além de utilizar esta atenção pública para trabalharem com a gentrificação, revitalização e limpeza social no que tange à reapropriação de espaços abandonados ao povo pela elite, como levantado por Honorato e Saraiva (2016) e Carvalho e Mendes (2013).

Assim, a seção a seguir discute os direitos humanos, com enfoque especial na erradicação da pobreza e o direito à moradia.

DIREITOS HUMANOS, ERRADICAÇÃO DA POBREZA E DIREITO À MORADIA: UM BREVE HISTÓRICO DO CONTEXTO BRASILEIRO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) fez-se emergente a partir de fortes marcas do século XX, contando com duas guerras mundiais, massacres e genocídio (SACHS, 1998). Esta declaração visou internacionalizar um pacto referente aos direitos civis, políticos, econômicos e culturais do ser humano, reconhecendo os direitos como iguais e inalienáveis, fundamentados na liberdade, justiça e paz do mundo (NAÇÕES UNIDAS, Resolução 217 A III).

Em 1993, aconteceu a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, o que resultou na criação da Declaração e Programa de Ação de Viena. Além de renovar e estender os conceitos e atuações quanto à universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos traçados pela Declaração Universal, ela “afirma ainda a interdependência entre os valores dos direitos humanos, democracia e desenvolvimento” (PIOVESAN, 2014, p. 37).

Nesta Declaração, a extrema pobreza foi um dos pontos levantados como alta prioridade a ser tratada pela comunidade internacional, com o intuito de aliviar e eliminar essas situações, as quais também acarretam em exclusão social.

25. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos afirma que a pobreza extrema e a exclusão social constituem uma violação da dignidade humana e que devem ser tomadas medidas urgentes para se ter um conhecimento maior do problema da pobreza extrema e suas causas, particularmente aquelas relacionadas ao problema do desenvolvimento, visando a promover os direitos humanos das camadas mais pobres, pôr fim à pobreza extrema e à exclusão social e promover uma melhor distribuição dos frutos do progresso social. É essencial que os Estados estimulem a participação das camadas mais pobres nas decisões adotadas em relação às suas comunidades, à promoção dos direitos humanos e aos esforços para combater a pobreza extrema (DECLARAÇÃO E PROGRAMA DE AÇÃO DE VIENA, 1993).

Após o evento ocorrido em Viena, o próximo grande marco voltado para os direitos humanos e a erradicação da extrema pobreza foi a criação dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (UNICEF, 2000). Depois de 15 anos de aplicação de estratégias e resultados obtidos pelas ODM, as Nações Unidas, junto à sociedade civil, governos e

parceiros, reuniram-se a fim de fazer reestruturações e analisar pontos de maior atenção, criando assim os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030, os quais se transformam em guias de ações e abordagens nos mais diversos campos, como clima, meio ambiente e consumo, e que, reunidos, levam à resolução do Objetivo nº 1 “Erradicação da Pobreza”.

Baseando-se nesses pontos, foram criados projetos e campanhas no Brasil para diminuir os seus números de afetados e consequências envolvendo a miséria no país. Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 32,6% dos municípios brasileiros tinham mais da metade de sua população vivendo em situação de pobreza, sendo a região Nordeste a mais precária, contando com 77,1% de municípios com mais da metade da sua população vivendo na pobreza.

Mesmo sendo um número muito grande, o Brasil conseguiu reduzir as taxas de subnutrição entre as décadas de 1990 e 2000, passando de 22,6 milhões para 19,9 milhões de pessoas subnutridas, segundo o relatório lançado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em 2015. Neste mesmo documento, encontramos que a redução mais significativa aconteceu em 2012, quando o país conseguiu cortar pela metade os subnutridos e atingir uma meta dos ODM, referente à redução das taxas de fome para um número menor de 5% da população atingida – esta diminuição deu-se aos programas de transferência de renda do Governo (como, por exemplo, o “Fome Zero” e o “Bolsa Família”), fortalecimento do poder aquisitivo das mulheres, elevação real do salário-mínimo e melhoria da renda dos mais pobres.

Contudo, os acontecimentos políticos vividos pelo país nos últimos anos podem influenciar com que o Brasil volte ao mapa da pobreza em breve. Fatores como corte de beneficiários do Programa Bolsa Família, congelamentos de gastos públicos, alta do Produto Interno Bruto (PIB) e desemprego contribuem para que haja um avanço da pobreza e o aumento do índice de indivíduos afetados pela fome no país, fazendo com que de 2016 para 2017, a população em situação de pobreza aumentasse em 11,2% (IBGE, 2017).

Baseando-se nos Direitos Humanos, bem como nos objetivos que o Brasil está buscando desenvolver para atingir a erradicação da pobreza, será apresentado a seguir um dos tópicos ao qual se faz menção na Declaração Universal e na Constituição Federativa que é o direito à moradia.

De acordo com o Artigo 17 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “todo ser humano tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros” e o mesmo se faz presente na Agenda 2030 da ONU, na qual acesso à moradia adequada é parte dos direitos fundamentais a serem garantidos a toda a sociedade. Sendo assim, em todos os Estados que fazem parte das Nações Unidas, todo e qualquer grupo tem por direito um lar, sendo ele próprio ou alugado, o que inclui os grupos vulneráveis por suas características ou localização geográfica.

No Brasil, o direito à moradia é tratado e assegurado pelo Artigo 6º da Constituição Federal:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

E o mesmo se repete no Artigo 7 parágrafo IV, quando trata do salário dos trabalhadores e sua condição social, assegurando que o salário-mínimo, por lei, tem de ser capaz de atender necessidades vitais básicas, como por exemplo, a moradia, e, no Artigo 23 parágrafo IX, trazendo como competência comum da União, dos estados e dos municípios, a promoção de programas de construção de moradias e melhoramentos das condições de saneamento básico e condições habitacionais, acrescentando no parágrafo X que se deve “combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos”.

Em um contexto mais recente, quanto às ações de competência da União, Cardoso, Aragão e Jaenisch (2017) apontam que o foco de resolução dos problemas habitacionais tomou força em 1999, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Dentre alguns programas criados e implementados para subsídio de habitação, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e o Programa de Subsídio Habitacional, em 2001, foram os mais fortes no que tange à população brasileira mais carente. No governo Lula, também foram criados e potencializados diversos programas e os mesmos foram evoluindo durante os oitos anos de gestão (CARDOSO; ARAGÃO; JAENISCH, 2017).

Após a crise mundial de 2008, o Governo Federal criou o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) com o intuito de solucionar o déficit habitacional, pois, segundo a PNAD de 2008, 21% da população brasileira sofria do mesmo. Este programa teve o objetivo inicial de atender famílias com renda de até 10 salários-mínimos e trouxe resultados levantados pelo PNAD em 2017, segundo os quais 9,4 milhões de pessoas foram beneficiadas com a entrega de 2,36 milhões de moradias em todo o país.

Como apresentado, os governos recentes tomaram ações para tratar de interesses habitacionais e da aquisição da casa própria pela população, porém, ainda há diversas barreiras e empecilhos que levam um grande grupo a permanecer em situação de rua. Essa população sofre constantemente despejos e/ou remoções (mesmo de lugares públicos), mortes devido ao clima (especialmente as baixas temperaturas típicas do inverno) e maus tratos diversos.

Advindo deste ponto, serão levantadas as iniciativas propostas referentes à problemática de moradia visando a população em situação de rua. Pela Resolução N° 109, de 11 de novembro de 2009, o CNAS aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Essa tipificação é organizada por níveis de complexidade do Sistema Único da Assistência Social (SUAS): Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade. Este trabalho tem como foco o segundo serviço levantado, o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, constituído de cinco frentes. Nesse espectro, o foco deste artigo está voltado ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), em Maringá – Paraná.

A seção a seguir apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho buscou discutir como as ações de uma unidade de serviço de proteção social especial de média complexidade impactam na forma de ocupação da cidade de Maringá pela população em situação de rua. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa descritiva, uma vez que partimos do pressuposto de que a realidade é subjetiva e múltipla e que ela é construída de modo diferente por cada pessoa (CHUEKE; LIMA, 2012).

Os dados foram coletados de fontes primárias e secundárias. Foram utilizados dois instrumentos como fonte de dados primários: a entrevista semiestruturada e a observação não participante. Foram entrevistados um representante da Secretaria de Assistência Social do município de Maringá e um representante do Centro POP, com o objetivo de explorar as implicações levantadas pelos indivíduos que trabalham com as entidades de média-complexidade. Tais sujeitos foram selecionados devido ao envolvimento e conhecimento das atividades desenvolvidas na instituição pesquisada e os cargos que ocupam, e foram fundamentais para a compreensão do funcionamento da unidade. O roteiro de entrevistas abordou questões relativas aos tipos de atendimentos prestados, informações sobre a população atendida, dificuldades atuais da instituição e planejamentos de futuras ações, visando qualificar o trabalho realizado com a população em situação de rua em Maringá.

Já as observações foram realizadas por dois meses na unidade Centro POP (compreendendo os meses de julho e agosto de 2018), de forma a compreender as ações desenvolvidas pela instituição, as principais demandas das pessoas em situação de rua e como são atendidas. As observações foram registradas em diários de campo, os quais, posteriormente, foram transcritos.

Com relação aos dados secundários, foi utilizada a pesquisa documental. Esta análise possibilita ao investigador reunir informações em grande quantidade sobre leis em todas as esferas, processos, condições dos objetos estudados, documentos com rica fonte de dados, estatísticas e elementos iconográficos (GODOY, 1995a; 1995b). A pesquisa documental foi utilizada para mapear o perfil desta população em questão, bem como descrever o funcionamento e as atividades desenvolvidas pelas unidades de média-complexidade atuantes na cidade. Foram utilizados relatórios do Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá sobre dados relativos à população em situação de rua na cidade nos anos de 2015, 2016 e 2017, bem como documentos cedidos pelo próprio Centro POP.

Assim, com a utilização de procedimentos variados para obtenção dos dados, foi empregada a estratégia de triangulação, na qual eles foram cruzados a fim de estabelecer um encadeamento de evidências (DENZIN; LINCOLN, 2005), visando o alcance do objetivo do presente estudo.

A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE MARINGÁ

Esta seção visa caracterizar a cidade e a população em situação de rua de Maringá, bem como levantar iniciativas que são aplicadas para melhor atender estes indivíduos. Sendo assim, este trabalho limitou-se a estudar de forma geral o Serviço Especial de Média Complexidade, tendo enfoque na entidade Centro POP.

A cidade de Maringá foi fundada oficialmente em 1947 – como um distrito de Mandaguari – e, desde a sua colonização, o município foi tratado como uma cidade planejada, ou seja, sempre visando a maior organização em questão de estrutura para mobilidade, habitação e serviços básicos à população, podendo ser classificada como uma “cidade modelo”. Pode-se evidenciar este fato com a afirmação do Observatório das Metrôpoles - Núcleo Maringá (2015) que desvelou que o planejamento regional inicial realizado pela Companhia colonizadora tinha por objetivo desenvolver uma cidade polo planejada para não agregar população de rendas baixas.

Maringá é considerada pelo IBGE como uma Capital Regional B, ou seja, sua Área de Concentração de População (APC) – o que, neste caso, se constitui da soma de Maringá, Sarandi, Paiçandu, Mandaguari, Marialva e Floresta – possui mais de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos (destino dos deslocamentos interurbanos para tratar de trabalho, saúde, educação e demais tratativas). Esta APC é caracterizada como uma área urbana com algumas características de semelhança e união, como deslocamento da população, grau de urbanização, densidade populacional e coesão interna da área (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Segundo o IBGE (2018), Maringá tem uma população estimada de 417.010 pessoas, predominantemente ativa entre os 20 e 29 anos, dado que se deve muito a ser uma cidade universitária. De acordo com os dados do Observatório das Metrôpoles (2015), Maringá também é um Polo da sua Região Metropolitana, onde se encontram mais 26 cidades que se relacionam e têm como ponto central a cidade em questão. Este Polo é onde se encontra um alto poder de concentração de atividades, riqueza, emprego e população, detendo a Maringá 60,14% de todas as atividades básicas da Região Metropolitana, contra 39,86% da somatória das demais cidades, o que justifica o recebimento de 40 mil pessoas à cidade, todos os dias, mediante o Censo do IBGE (2010).

Com base nesses dados, Maringá exerce duas forças na população que a constitui: 1) a força centrípeta de atração, ou seja, atrai as cidades vizinhas devido à concentração das atividades econômicas de indústria e serviços, bem como as oportunidades de trabalho; 2) a força centrífuga de repulsão, pois expulsa “as pessoas das camadas mais baixas da população para a sua periferia [...] em consequência da elevação dos preços dos imóveis e do custo de vida nas áreas centrais do polo” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015, p. 122), tendo este último dado um reforço com o Censo do IBGE (2010), quando foi levantado que a média salarial mensal dos trabalhadores formais é de 2,7 salários-mínimos e 26,1% da população tem um rendimento mensal de até 1/2 salário-mínimo.

Devido às características habitacionais da população mais pobre, bem como aos programas

assistenciais do Governo, Maringá teve um boom na área da construção civil quando o PMCMV surgiu e começou a ser implantado na cidade entre os anos de 2010 e 2013 (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2015).

Além desses investimentos na área da construção civil, a cidade recebeu vários investimentos nacionais e internacionais, fortalecendo sua atuação na área de tecnologia da informação, sendo ranqueada como a 8ª cidade mais empreendedora do Brasil em 2017, segundo o Índice de Cidades Empreendedoras feito pela Endeavor, e foi listada como a Melhor Cidade para se Viver no Brasil, segundo pesquisa da consultoria MacroPlan, também de 2017.

Voltando-se novamente aos moradores de rua, a nível nacional, em 2009, foi lançado o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, como uma maneira de caracterizar de forma mais precisa esta população, sendo o ponto de mudança para que outras iniciativas fossem criadas e potencializadas com base nos dados apresentados e nas reflexões proporcionadas. O Censo foi resultado de dados e pesquisas realizadas em 2007 e 2008 pelo MDS e estruturado com base em demandas de organizações que atuam com essa população. Esse Censo abrangeu 71 cidades brasileiras com mais de 300 mil habitantes (exceto São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife) e levantou informações de 31.992 pessoas em situação de rua, maiores de 18 anos.

Mediante a caracterização realizada pelos governos e instituições de suporte, esta população em situação de rua ganhou mais visibilidade e conquistou diversos avanços na construção e execução de políticas públicas em todos os ramos (saúde, habitação, tratamentos a dependentes etc.). O avanço mais significativo foi a Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua, a qual, atualmente, é a principal referência como orientação para a construção e ativação de políticas em âmbito nacional, estadual e municipal.

Tendo os dados para caracterização nacional, Maringá tomou a iniciativa de fazer, a nível local, uma abordagem semelhante para obtenção dos dados. O Observatório das Metrópoles Núcleo UEM/Maringá e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SASC) inseriram a pesquisa sobre população de rua em seus projetos de “formação de atores sociais capazes de participar da governança democrática nas cidades brasileiras e de atuar para a diminuição das desigualdades e rompimento das injustiças sociais” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2017) e traçaram uma proposta que prevê a realização anual da pesquisa por um período de dez anos, iniciando em 2015.

Como forma de caracterização da população em situação de rua de Maringá, as Tabelas 1 e 2, a seguir, apresentam informações importantes nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Tabela 1 – Caracterização da população de rua em Maringá

Ano	Nº entrevistados	Sexo		Idade média	Desejo de sair da rua		Possuem profissão	
		F	M		Sim	Não	Sim	Não
2015	160	10,7%	89,3%	38	92,4%	7,6%	76,2%	23,8%
2016	117	11,1%	88,9%	36	93,3%	6,7%	81%	19%
2017	177	7,4%	92,6%	39	92,9%	7,1%	86,9%	13,1%

Fonte: Observatório das Metrópoles - Núcleo UEM/Maringá, 2017.

Tabela 2 – Caracterização da população de rua em Maringá

Ano	Problemas de saúde		Já sofreram violência física		Situação de rua		
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Instituição*
2015	43,4%	56,6%	58,2%	41,8%	70%	30%	-
2016	43,9%	56,1%	67,3%	32,7%	62,5%	37,5%	-
2017	41,9%	58,1%	49,4%	50,6%	53,7%	6,3%	40%

Fonte: Observatório das Metrôpoles - Núcleo UEM/Maringá, 2017.

*Em 2017, foi adicionada uma pergunta que separava o “sim” como as pessoas que viviam integralmente nas ruas, o “não” como os moradores que já estão domiciliados e o “instituição” como aqueles que utilizam instituições públicas para dormir.

Arelado a estes pontos, pode-se acrescentar que, nos três anos de pesquisa, o estado civil predominante foi “solteiro(a)”, ultrapassando 50%; quanto à cor, a maioria dos entrevistados identificou-se como pardo ou branco e, quanto à religião, houve a predominância de evangélicos e católicos. Também, em todos os anos, passando dos 45%, prevaleceram os indivíduos que não concluíram o ensino fundamental e, ultrapassando 40%, podem-se encontrar moradores que possuíam renda diária de R\$50 ou mais. Por fim, foram levantados os principais motivos para os entrevistados estarem em situação de rua, sendo os três principais fatores: desemprego, desentendimento com familiares e dependência química. Arelado a este último ponto, dentre as substâncias químicas/psicoativas consumidas pelos entrevistados destacam-se cigarro, crack e bebidas alcoólicas (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2017).

Mediante as caracterizações e as problemáticas apresentadas, a seção seguinte irá se concentrar em uma das iniciativas mais focadas nos moradores em situação de rua em Maringá: o Centro POP.

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP) E SUA ATUAÇÃO NA CIDADE DE MARINGÁ

O Centro POP está inserido como um Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) devido ao seu caráter de Serviço Especializado em Abordagem Social e de Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Este trabalho deve ser ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa, identificando a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, como por exemplo, indivíduos em situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas (CENTRO POP, 2018).

Quanto à localização, o Centro POP encontra-se na Rua Fernão Dias, 840 A, Zona 09 de Maringá, próximo ao Albergue Santa Luiza Marillac (Casa de Passagem). O Centro fica aberto das 08h (oito horas) às 17h (dezessete horas), de segunda a sexta-feira, e, durante este horário, os moradores de rua podem ter acesso aos serviços oferecidos pela instituição. A

estes indivíduos, são oferecidos diariamente um lanche, espaço para realizar higiene pessoal, roupas (oriundas de doação externa) e atendimento psicossocial, segundo dados obtidos com o Centro POP (2018).

O serviço prestado mais intenso é o atendimento psicossocial, pois se refere ao momento em que há um diálogo entre os indivíduos em situação de rua e os funcionários do Centro a fim de esclarecer o que essas pessoas querem, precisam e o quanto elas almejam sair das ruas, para que assim elas sejam preparadas para saírem definitivamente desta situação precária. Este trabalho é realizado através de oficinas, por meio de conversas, material audiovisual e socialização, durante as quais são discutidas ideias, melhorias e a transformação da visão dos moradores mediante todos os acontecimentos e vivências que os cercam, principalmente o que pode influenciar negativamente a população em que eles se encontram. Estas oficinas auxiliam os funcionários do Centro juntamente com a população atendida a construir iniciativas, projetos, coerência entre as rotinas estabelecidas pelo Centro, tomadas de decisões e criar escopos, como por exemplo, a política pedagógica para os indivíduos em situação de rua, a qual já é prevista pela Tipificação, mas que ainda não está ativa para Maringá (CENTRO POP, 2018).

De forma mais pontual, o Centro POP oferece às pessoas que utilizam as ruas como moradia e/ou sobrevivência um serviço especializado que auxilia na reconstrução de projetos de vida, atividades de higiene, alimentação, lazer, interação e reflexão social, fortalecimento de vínculos interpessoais e familiares, o que, unidos, culmina na reinserção social desses indivíduos, como apresentado pelo material disponibilizado pelo próprio Centro POP (2018). O diretor da unidade enfatiza: “A gente [Centro POP] sempre briga com uma coisa: incluir o morador na sociedade. Não, ele já está na sociedade, só não está no mesmo formato que estamos acostumados, só não está ‘rezando a nossa cartilha’”.

E para que esses objetivos sejam realizados, o Centro oferece um trabalho técnico voltado para a análise das demandas dos usuários do serviço (por meio de conversas e oficinas), trabalho externo voltado ao convencimento de moradores a utilizarem os serviços do Centro, orientação individual e grupal e encaminhamento a outros serviços socioassistenciais que possam contribuir na construção da autonomia e inserção social deste indivíduo, como casas de recuperação a dependentes químicos, clínicas de saúde, programas de conexão familiar e de proteção a situação de violência (CENTRO POP, 2018).

Trabalhando com uma abordagem planejada de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculos de confiança com os indivíduos que são atendidos pelo Centro POP, há duas formas de mediar esses moradores nos espaços públicos e com a mediação/acompanhamento do acesso à rede de proteção social: os atendimentos feitos na própria instituição e as abordagens diretas nas ruas. A Tabela 3, a seguir, demonstra os atendimentos realizados pela unidade de janeiro de 2015 a junho de 2018.

Tabela 3 - Número de pessoas atendidas pela unidade do Centro POP em Maringá

Ano	2015	2016	2017		2018	
Mês	Atendidos*	Atendidos	Atendidos	Atendidos Maringá**	Atendidos	Atendidos Maringá
Janeiro	208	234	285	35	398	52
Fevereiro	192	271	269	32	351	42
Março	255	318	385	53	396	51
Abril	228	308	299	36	407	52
Maiο	219	318	313	53	310	34
Junho	221	298	272	55	301	39
Julho	240	298	325	45	-	-
Agosto	263	291	353	37	-	-
Setembro	247	290	370	46	-	-
Outubro	226	270	368	42	-	-
Novembro	275	275	336	38	-	-
Dezembro	200	275	325	40	-	-

Fonte: Centro POP, 2018

*Número de pessoas atendidas que se encontram em situação de rua em Maringá

**Número de pessoas atendidas com procedência de Maringá (este número está incluso no total das colunas referentes aos "Atendidos" em 2017 e 2018).

Como se pode observar, o Centro POP atende, em sua grande maioria, pessoas que não são oriundas de Maringá, mas que utilizam a cidade como um espaço para a sobrevivência – fato que vem ao encontro com a pesquisa do Observatório das Metrópoles (2017) apresentada anteriormente, na qual, nos anos de 2016 e 2017, foi adicionada uma pergunta aberta para que os entrevistados dissessem suas origens, e os resultados foram variados, com a maioria dos indivíduos vindos de cidades do Paraná, como Sarandi, Curitiba, Londrina, Campo Mourão e Mandaguai, mas, também, de outros estados, como São Paulo, Ceará e Mato Grosso do Sul, e, até mesmo de outros países, como Argentina, Equador e Haiti. Essas pessoas alegaram que buscaram a cidade e o Centro POP a fim de ter acesso a tratamento de saúde, internamento em comunidades terapêuticas e emprego, afirmando ainda que Maringá é acolhedora para esta população, é uma cidade bonita, presta um bom atendimento e que elas possuem identificação com o município, segundo os dados oferecidos pelo próprio Centro POP (2018).

Para a realização dos trabalhos interno e externo da entidade, o corpo de funcionários é composto por uma estrutura interna (técnica e especializada) e uma externa; trata-se de uma equipe enxuta e que está em consonância com a estrutura sugerida pela regulamentação federal, de acordo com os dados coletados através do SASC/SUAS. A equipe interna é formada pelo diretor da unidade, uma assistente social e uma psicóloga; já a equipe externa é composta de dois times para a abordagem social – cada um com um motorista e um educador de base. Conforme estes recursos humanos disponibilizados, os serviços e ações do Centro são delineados e postos em prática, como será apresentado a seguir.

A equipe de abordagem é responsável por ir até os locais onde se encontram os moradores de rua, através de mapeamento/busca ativa ou por meio de denúncias externas, com o objetivo de criar vínculos e instruir esses indivíduos a utilizarem os serviços oferecidos pelo Centro POP, em alguns casos, uma pessoa da equipe técnica (psicólogo) também auxilia no processo

de criação de vínculos. Contudo, estes laços podem demorar um tempo longo, demandando mais de uma visita e abordagem a este morador, pois os enviados pela instituição necessitam conhecer este indivíduo, descobrir o seu querer de sair das ruas e coletar seus dados para que possam melhor trabalhar as problemáticas envolvidas – vale ressaltar que nem todos os moradores de rua querem sair desta situação, no entanto, eles precisam estar cientes dos serviços prestados pelo Centro. Atingindo o objetivo de encaminhar os moradores de rua ao Centro POP, iniciam-se os trabalhos de regulamentação e psicossocial (CENTRO POP, 2018).

Ao iniciar a utilização dos serviços prestados pelo Centro, o morador em situação de rua necessita preencher uma ficha cadastral/prontuário com os seus documentos (o que acontece apenas na primeira visita) e, caso ele não porte esta documentação, a entidade orienta este indivíduo a fazer um boletim de ocorrências e iniciar os trâmites necessários para a sua regularização documental. Outra exigência para a primeira visita é que esse morador passe pelo atendimento psicológico, no qual os funcionários responsáveis iniciam um diálogo com essa pessoa com o objetivo de clarificar os anseios desse morador, bem como construir os próximos passos para que ele atinja os mesmos da forma mais efetiva possível, como informado pelo Centro POP (2018).

Após os atendimentos (de primeira passagem ou continuado) e entendimento do porquê essa pessoa está na rua, se ela tem a pretensão de sair e como pretende, o Centro faz os encaminhamentos necessários para outras entidades, ou seja, é nesta fase que o morador de rua é encaminhado para casas de reabilitação; caso ele tenha família, os servidores entram em contato com ela a fim de estabelecerem vínculos novamente; caso este morador seja de outro município e não tenha condições de regresso para a cidade natal, o Centro também o auxilia a atingir este objetivo; e estes são apenas alguns dos serviços e encaminhamentos citados pelo diretor da unidade do Centro POP (2018).

Vale ressaltar que, para cada morador de rua, é preenchido um prontuário, no qual são registrados todos os processos e ações usufruídas por cada sujeito. Esses prontuários ficam guardados fisicamente no Centro POP. De acordo com o dado disponibilizado pela própria instituição (2018), há mais de 4.000 prontuários guardados, ou seja, mais de 4.000 pessoas já passaram pela instituição desde a sua ativação em 2002, porém, a grande maioria já foi embora da cidade, faleceu ou já não se encontra em situação de rua. Esses prontuários podem ser disponibilizados para outras entidades que trabalhem com moradores de rua quando necessário, porém, com muita cautela, para não passar informações confidenciais (principalmente da parte psicológica), sendo este um dos motivos apontados pelo diretor da unidade do Centro POP para não manter os prontuários online a fim de evitar um possível roubo de informações.

Quanto aos locais de maior concentração da população de rua em Maringá, em entrevista ao Centro POP (2018), o diretor afirmou que existem dois principais pontos: a região da Praça Raposo Tavares – no centro comercial da cidade – e na região do Centro POP. A diferença de perfil de um local e outro é que os indivíduos que estão na Praça, na sua grande maioria, estão mais comprometidos com a rua, pois é um local com um tráfego de

drogas, principalmente o crack, muito elevado; enquanto nas redondezas do Centro POP e da Casa de Passagem, o tráfico e o uso de substâncias químicas é menor, pois os moradores de rua são instruídos a não utilizarem tais substâncias, tornando-se proibida a entrada no Centro e na Casa de Passagem tendo ingerido bebidas alcoólicas e/ou substâncias químicas. Segundo o diretor do Centro POP, “enquanto eles estão aqui [Centro POP], a gente até agradece, porque [...] muitos têm comprometimento com álcool e drogas e, enquanto eles estão dentro da instituição, eles não estão fazendo uso”.

Seguindo a linha prevista de atendimento, após a passagem pelo Centro e o indivíduo conquistar uma moradia, ele é encaminhado – juntamente com o prontuário preenchido anteriormente – para os serviços básicos da Tipificação e o acompanhamento fica a cargo de uma unidade de referência do CRAS correspondente.

Após esta clarificação dos serviços prestados pelo Centro POP, buscou-se entender os principais desafios enfrentados pela instituição. O diretor da unidade levantou três principais pontos, os quais estão atrelados: a questão da imagem do Centro, financiamento e estrutura física.

O prédio em que o Centro POP se encontra pertence à Arquidiocese de Maringá e é alugado pela Prefeitura. Em junho de 2018, os responsáveis encontraram um espaço na Zona 6 (região mais valorizada do que a atual onde o Centro se localiza) para efetuar a mudança, porém, a mobilização dos residentes da região foi tamanha que o Centro ficou impossibilitado de realizar a troca e a manifestação contrária aconteceu, porque os moradores da região não queriam uma aglomeração de indivíduos em situação de rua nas proximidades (PARANÁ TV, 2018). O diretor da unidade atrela esta reação contrária ao fato do Centro POP e dos moradores de rua não transporem uma visão positiva perante os residentes e moradores de Maringá:

A imagem do Centro POP hoje que não está boa, porque a imagem do morador de rua não está sendo bem vista e a gente que trabalha com este morador de rua está com essa mesma imagem [...] depende deles. Tudo que eles fazem na rua, repercute no serviço que ele recebe aqui (DIRETOR DO CENTRO POP, 2018).

Outro fator que pode influenciar esta reação contrária é o fato da população residente ser higienista, ou seja, querem e esperam que os moradores de rua sejam tirados dos pontos de concentração e que os problemas envolvendo essa população sejam eliminados, porém, na visão do diretor do Centro POP, espalhar ou deslocar esses indivíduos não é a solução, apenas dá a falsa sensação de que a problemática foi resolvida, tratando-se apenas o efeito e não a causa do problema. Este ponto também está atrelado à propaganda positiva da cidade de Maringá feita pela Prefeitura do Município e seus empresários, como a “cidade modelo” para moradores, investidores e visitantes, como a cidade sem problemas – propaganda que não abre espaço para que se tenha moradores de rua na região (BORGES; SELA, 2013). Tal representação ocorre em conjunto com a difusão de valores e formas de viver próprias das classes médias, que se mostram harmoniosas e sem conflitos, construídas e ilusórias, descoladas do real (SANCHEZ, 2001).

Quanto ao financiamento e divisões de verbas, atualmente, os Serviços de Proteção Especial possuem uma verba anual estipulada pelos governos nacionais, estaduais e municipais, porém, não há uma divisão clara de quanto está disponível para cada Serviço, ficando a cargo das delimitações por meio de projetos e da Prefeitura fazer as divisões, de acordo com dados coletados pela SASC/SUAS e pelo Centro POP (2018). Esta não clarificação dos recursos financeiros para cada setor e entidade dificulta no planejamento a curto prazo das entidades, como por exemplo, a não certeza de renovação das oficinas psicossociais no Centro POP. Entretanto, para o ano de 2019, o planejamento e a divisão das verbas já estão estipuladas e desenvolvidas de acordo com cada serviço separadamente.

A seção a seguir apresenta as considerações finais do presente artigo, demonstrando os resultados obtidos, bem como recomendações para pesquisas posteriores envolvendo o assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do artigo foi discutir como as ações de uma unidade de serviço de proteção social especial de média complexidade impactam na forma de ocupação da cidade de Maringá pela população em situação de rua. De forma específica, o estudo teve como unidade de análise o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Para o entendimento global das ações realizadas pela instituição, foi realizado um levantamento das atividades que colaboram para os moradores de rua atendidos saírem das ruas e vislumbrar possibilidades de novos projetos de vida, através das abordagens ativas, do acompanhamento psicossocial e dos encaminhamentos a outras entidades de auxílio social, quando necessário. Além de compreender os principais desafios enfrentados atualmente pelo Centro e quais são os possíveis caminhos para atingirem as soluções devidas.

Focalizando nos anseios dos moradores de rua e nas evoluções em prol de resolver a causa do problema junto a SASC/SUAS, o Centro POP desempenha um papel de promoção ao acesso à rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas de garantia de direitos, trazendo uma perspectiva de elaboração e melhoria de novos projetos de vida aos indivíduos assistidos pela instituição, de forma a respeitar o momento deste indivíduo de se sentir preparado para (e querer) sair das ruas.

Considerando a cidade como um campo de desigualdades e disputas, marcado pela luta de diversos agentes sociais (SANCHEZ, 2001; HARVEY, 2014), este trabalho também demonstrou que uma das principais dificuldades enfrentadas pelo Centro POP está na estrutura adequada para desenvolver suas atividades. Para resolver esta situação, houve uma tentativa de mudança para outra área da cidade (mais valorizada que a atual) e que acarretou em uma grande mobilização dos residentes da região, fato que impossibilitou o Centro de realizar a troca de endereço. A manifestação contrária aconteceu devido aos moradores da região não quererem uma aglomeração de indivíduos em situação de rua nas proximidades, fato que demonstra a segregação existente na cidade.

Em nível nacional, com base nas caracterizações e dados apresentados, pode-se concluir

que o Brasil está em constante aperfeiçoamento quanto às políticas públicas envolvendo a diminuição da pobreza e, conseqüentemente, a população em situação de rua, mas ainda falta muito para uma padronização de recursos e ações devido às diferenças de gestão dos municípios. Especificamente sobre Maringá, ações vêm sendo realizadas visando fortalecer os serviços já existentes e também estudar novos embasamentos e boas práticas.

De forma geral, constatou-se que as políticas públicas referentes a esta população estão auxiliando mais indivíduos a saírem da situação de rua e/ou ter ciência da situação em que se encontram, bem como abre espaço para que se discutam melhoramentos nos serviços. No entanto, há a necessidade de que outros estudos se aprofundem nas ações realizadas pelos demais serviços socioassistenciais oferecidos aos moradores em situação de rua do município de Maringá e em outras localidades, com o objetivo de analisar os acompanhamentos prestados pelas entidades envolvidas, com a finalidade de amenizar a quantidade de moradores de rua e oferecer possibilidades de saírem dessa condição.

NOTA

1 Submetido à RIGS em: dez. 2018. Aceito para publicação em: maio 2019.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da Nação, Brasília, DF, 12 nov. 2009.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da Nação, Brasília, DF, 23 dez. 2009, art. 84, inciso VI, alínea “a”.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: M D S ; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Tipificação

Nacional de Serviços Socioassistenciais. Reimpressão 2014. Disponível em: < www.mds.gov.br>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BORGES, W. A.; SELA, V. M. Cooperação intergovernamental e produção do espaço urbano: o alinhamento entre mercado, financiamento público, política eleitoral e obras públicas na cidade de Maringá/PR. In: ENCONTRO DA ANPAD. 37. **Anais...** Rio de Janeiro, 2013. CD ROM.

BOTELHO, T. R. Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luiz. **Revista Eure**, Santiago, v. 31, n. 93, p. 53-71, 2005.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; JAENISCH, S. T. **Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017.

CARVALHO, M. C. B.; MENDES, P. B. M. T. Gestão social urbana: negociação e participação de seus habitantes. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 133-155, set./dez. 2013.

CHUEKE, G. V.; LIMA, M. C. Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XI, n. 128, p. 63-69, jan. 2012.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento quarteirão do soul. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 86, p. 34-46, 2013.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 15-41.

ENDEAVOR BRASIL. Índice de Cidades Empreendedoras. São Paulo, SP, 2017. Disponível em: < <https://endeavor.org.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

FISCHER, T. (Org.). **O carnaval baiano: negócios e oportunidades**. Brasília: Sebrae, 1996a.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e configurações do local. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996b.

FISCHER, T. (Org.). **Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996c.

FISCHER, T. *et al.* A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais – Salvador da Bahia, cidade *puzzle*. In: PRESTES MOTTA, F. C.; CALDAS, M. P. (Org.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 254-269.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The state of food security and nutrition in the world**. Roma. Disponível em: <

www.fao.org >. Acesso em: 03 jun. 2018.

FUNDOS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Um plano para o progresso. 8 de setembro de 2000. Disponível em: < www.unicef.org >. Acesso em: 03 jun. 2018.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. A Cidade, População em Situação de Rua e Estudos Organizacionais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 14, n. 36, p. 158-186, out./dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010. Disponível em: < www.ibge.gov.br >. Acesso em: 03 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vidas. Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**: Maringá. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/maringa/panorama>>. Acesso em: 20 out. 2018.

IPIRANGA, A. S. R. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-91, jan./fev. 2010.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, R. P. Localizando o espaço público: gentrificação e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 83, p. 35-54, 2008.

MAC-ALLISTER, M. **Organização-cidade**: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais. 2001. 204 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MAC-ALLISTER, M. Emergência do espaço organizacional para a gestão social. In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL. 9. Salvador, 2003. **Anais...** Salvador: Escola de Administração – EAUFBA, 2003.

MAC-ALLISTER, M. A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, edição especial, p. 171-181, 2004.

MACROPLAN. **100 melhores cidades do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: <<http://macroplan.com.br>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

MENDES, L.; CAVEDON, N. R. A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 4, n. 1, p. 123-140, 2012.

MISOCZKY, M. C.; CAMARA, G. D.; CERQUEIRA, P.; COTO, G. C. Orientação Sexual, Classes Sociais e Territórios de Resistência: Os conflitos em torno do Centro Nova Olaria - Porto Alegre. **Gestão e Sociedade**, v. 6, p. 254-279, 2012.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Maringá**: transformações na ordem urbana. Edição: Ana Lúcia Rodrigues. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Pessoas em situação de rua em Maringá-PR**: desconstruindo a invisibilidade. Coordenação geral: Ana Lúcia Rodrigues. Coordenação técnica: Wesley O. Furriel. Universidade Estadual de Maringá. Maringá: Observatório das Metrópoles Núcleo UEM/Maringá, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Tradução: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Rio de Janeiro, jan. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Tradução: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Rio de Janeiro, 2015.

PARANÁ TV. **Centro Pop tem até o fim do ano para mudar de lugar**. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6838367/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55, jan./abr. 2005.

PIOVESAN, F. Declaração Universal de Direitos Humanos: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Estudos Jurídicos**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 31-56, jul./dez. 2014.

PORTAL DE DIREITO INTERNACIONAL. **Declaração e programa de ação de Viena**: Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. Viena, 14-25 de junho de 1993. Disponível em: <www.cedin.com.br>. Acesso em: 03 jun. 2018.

REZENDE, D. A.; FREY, K. Administração estratégica e governança eletrônica na gestão urbana. **Revista eGesta — Revista Eletrônica de Gestão de Negócios**, Santos, v. 1, p. 51-59, abr./jun. 2005.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SACHS, I. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 149-156, mar./ago. 1998.

SANCHÉZ, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 16, p. 31-49, jun. 2001.

SANTOS, M. S. Integração e diferença em encontros disciplinares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 51-60, out. 2007.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 547-576, dez. 2012.

SECCHI, L. Capítulo 3: Ciclo de políticas públicas. In: SECCHI, L. (Org.). **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 1. reimpr da 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p. 33-60.

VIEGAS, G. C. F. S.; SARAIVA, L. A. S. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. **RAM - Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 68-94, out. 2015.

**Amanda
Aparecida
Fonseca
Cardoso**

Graduada em Administração pela Universidade Estadual de Maringá

**Priscilla
Borgonhoni
Chagas**

Professora Adjunta do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Maringá, atuando no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPA/UEM). Doutora em Administração, na área de concentração Estudos Organizacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do INCT/Observatório das Metrópoles - Núcleo Região Metropolitana de Maringá.